

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

A dominação total como resultado do esfacelamento do pensar: Hannah Arendt e Theodor Adorno

The total domination because of the fragmentation of thinking: Hannah Arendt and Theodor Adorno

Rafael Carlos de Carvalho Silva - Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rafaelccs@ufmg.br O presente trabalho acadêmico foi realizado com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – Brasil Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

O objetivo deste artigo é estabelecer uma conexão entre o pensamento de Hannah Arendt sobre a caracterização dos sistemas totalitários nas *Origens do Totalitarismo* e a reflexão realizada por Theodor Adorno e Max Horkheimer acerca da condição de irreflexão ou incapacidade de pensar. Apresenta-se a hipótese de que os três autores entram em consonância na medida em que entendem que a incapacidade de pensar deixa os indivíduos suscetíveis à dominação total preconizada pelos regimes totalitários.

Palavras-chave: Arendt; Adorno; Totalitarismo.

Abstract

The aim of this article is to establish a connection between Hannah Arendt's thought on the characterization of totalitarian systems in *The Origins of Totalitarianism* and the reflection made by Theodor Adorno and Max Horkheimer regarding the condition of unreflectiveness or incapacity to think. The hypothesis presented is that the three authors converge insofar as they understand that the inability to think makes individuals susceptible to the total domination advocated by totalitarian regimes.

Keywords: Arendt; Adorno; Totalitarianism.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é examinar a relação entre o sistema totalitário, teorizado por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*, e o esfacelamento da habilidade de pensar, tema abordado tanto por Arendt, em outras obras, quanto por Theodor Adorno e Max Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, em particular, no capítulo *Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas*.

O livro *Origens do Totalitarismo*, publicado, pela primeira vez, em 1951, expressa a tentativa de Arendt de compreender o fenômeno totalitário como um evento inédito ocorrido na história. Para a autora alemã, os regimes totalitários, manifestos na Alemanha nazista e na Rússia stalinista, denotam uma irrupção, uma ruptura no fluir histórico que precisa ser investigada com mais cautela em virtude de seu ineditismo. Nesse empreendimento de compreensão, Arendt discute um ponto fulcral para a sustentação desse tipo de regime: a incapacidade de pensar. Com efeito, os regimes de dominação total parecem ter apostado na ideia de que indivíduos não pensantes seriam facilmente manipuláveis e, conseqüentemente, suscetíveis de dominação.

Alguns anos antes da publicação de *Origens do Totalitarismo*, Adorno e Horkheimer escrevem, a quatro mãos, a *Dialética do Esclarecimento*. Publicada em 1944, época em que o evento totalitário estava em curso, a obra tratará, em linhas gerais, de como o mito e a ciência também podem

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

ser tomados como *Esclarecimento* e, por isso, como fontes de dominação social. Apesar da variedade de assuntos que a obra apresenta, nosso foco neste trabalho será o capítulo que versa sobre a indústria cultural, no qual os autores perseguem a intuição de que a sociedade de massas da contemporaneidade, descortinada no âmbito do capitalismo tardio e da produção da cultura, se torna alvo fácil da manipulação e da dominação, o que entra em ressonância com algumas características do totalitarismo pensado por Arendt no texto de 1951.

Como sabemos, os três autores viveram a mesma época, o que certamente nos ajudará a enxergar semelhanças e, sem dúvidas, diferenças entre suas abordagens. Pretendemos, então, vislumbrar as perspectivas de Arendt e de Adorno e Horkheimer no que concerne à aposta totalitária de incapacitar os indivíduos ao pensamento para, com isso, manipulá-los e torná-los suscetíveis à dominação, prática que se vale também da figura do ser humano “supérfluo”, considerada por Arendt em *Origens do Totalitarismo*.

2 O REGIME TOTALITÁRIO E A INCAPACIDADE DE PENSAR

Antes de explorar o texto das *Origens do Totalitarismo* e procurar os aspectos centrais desse regime que propiciam a dominação total, convém fazer algumas observações sobre nossa autora e sua obra. Impelida pelo esforço de compreensão do mundo, devemos ter em mente que Arendt, quando escreve sua filosofia (ou sua teoria política, como ela preferia dizer), lança luz sobre os eventos que estão ocorrendo, sobre o que está, de fato, acontecendo. Não há, de sua parte, uma procura por causas primeiras (ou últimas) ou por motivos transcendentais em relação aos fenômenos; o que encontramos em seus escritos é a preocupação de entender os eventos que se passam à sua volta.

Além disso, pontuamos, outrossim, que o livro *Origens do Totalitarismo* é a primeira obra que projeta Arendt no cenário intelectual de sua época. Dividido em três partes — antissemitismo, imperialismo e totalitarismo — *Origens* se volta à compreensão do fenômeno totalitário como acontecimento inaudito na história. As duas primeiras partes, *antisemitismo* e *imperialismo*, apresentam um viés historiográfico mais evidente, mais próximo a uma análise histórica, enquanto a terceira parte, *totalitarismo*, revela uma tonalidade mais interpretativa e comparativa, visto que vemos a intenção de Arendt de formular uma teoria para a compreensão do fenômeno totalitário.

Somado às *Origens do Totalitarismo*, um dos escritos fundamentais de Arendt que nos auxilia a refletir sobre a incapacidade de pensar é *Eichmann em Jerusalém*, publicado em 1963. Em geral, considera-se ser esta a segunda obra mais famosa de Arendt, na qual ela compõe um relato jornalístico do processo judicial que aconteceu em 1961, em Israel, que julgou Adolf Eichmann, um oficial da *Gestapo* responsável pela parte logística de transportar judeus para os campos de concentração. Nessa ocasião, Arendt conseguiu observar a postura de Eichmann no julgamento e, a partir disso, extraiu conclusões decisivas sobre o elemento sobre o qual vamos nos debruçar neste

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025**

trabalho: a irreflexão ou a incapacidade de pensar.

Com o propósito de avançar na investigação do sistema totalitário, faz sentido expor, preliminarmente, uma ideia fundamental de Arendt em seu caminho de compreensão do totalitarismo: para ela, trata-se de um evento inédito, inteiramente novo na história, que não se permite entender por intermédio das categorias ordinárias de pensamento legadas pela tradição ocidental. Segundo a autora, o advento do sistema totalitário provocou uma ruptura e, por esse motivo, não logramos examiná-lo cabalmente se recorrermos à tradição filosófica e a seus conceitos clássicos, que teriam sido esgarçados ao longo da Modernidade e rompidos pela irrupção do totalitarismo. É o que diz Arendt no prefácio de *Entre o Passado e o Futuro*:

“(...) no transcurso dos milênios que se seguiram à fundação de Roma e que foram determinados por conceitos romanos, esta lacuna [entre passado e futuro] foi transposta por aquilo que, desde os romanos, chamamos tradição. Não é segredo para ninguém o fato de essa tradição ter-se esgarçado cada vez mais à medida que a época moderna progrediu. Quando, afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma precondição peculiar unicamente à atividade de pensamento e subordinada, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial (...)” (ARENDT, 1979, p. 40).

Malgrado a constatação de Arendt de que nossas categorias de pensamento herdadas da tradição não se prestam a perquirir o sistema de dominação total, tendo em vista seu caráter de novidade, a autora, segundo Bach, “não se priva de formular um juízo ético e efetivo acerca do totalitarismo” (BACH, 2006, p. 35). A intuição arendtiana indica que, dada a desmedida da ocorrência totalitária, nossos esquemas de pensamento (repassados, no decurso do tempo, pela tradição filosófica) não conseguem capturar toda a essência do fenômeno, mas essa condição não nos exime nem nos desautoriza de analisar o totalitarismo e suas propriedades.

Tomando, a partir de agora, o texto de *Origens do Totalitarismo*, mais especificamente o início de sua terceira parte, com o intuito de entender o liame entre a dominação total e o esfacelamento do pensar, vemos que Arendt enceta seu percurso de compreensão falando sobre a sociedade de massas, componente indispensável para a formação de um sistema totalitário. Conforme a autora, a grande quantidade de pessoas que compõe as massas dá sustentação ao regime e, além disso, não coloca em risco as terríveis práticas totalitárias de despovoamento (ato de expulsar e eliminar pessoas). A título de exemplo, Arendt observa que países como Índia e China, conhecidos por suas numerosas populações, são propícios à implantação de regimes totalitários, pois, nessas regiões, “existe material humano quase inesgotável para alimentar a máquina de poder e de destruição de homens que é o domínio total (...)” (ARENDT, 1989, p. 438).

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

Além do aspecto numérico, que é importante para a formação de um solo firme de apoio ao regime totalitário, as massas apresentam, ainda, o aspecto da superfluidade (entendido por Arendt como uma novidade na Europa e corolário do desemprego aumentado e do crescimento populacional do último século). Nesse sentido, na visão de Arendt, os indivíduos que formam a massa são considerados pelos governantes como indivíduos *superfluos*, isto é, sem dignidade humana, dispensável, sucedâneos, assassinaíveis. Valendo-se dessa condição imputada às pessoas, os governos totalitários conseguem manipular as massas como querem, sem que haja escrúpulos morais ou cálculos de consequência moral. Assim é que, para Arendt, “somente onde há grandes massas superfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário (...)” (ARENDR, 1989, p. 438).

Outra característica das massas apontada por Arendt (e que contribui fortemente para a incapacitação do pensar) é a de que esse grande contingente de pessoas não exprime um interesse político autêntico. Na verdade, as massas são cooptadas pelos governantes totalitários, são manipuladas a agir e a pensar de determinada maneira e, por essa razão, não operam com um verdadeiro interesse político de mudança social determinada e realizável (ARENDR, 1989). Para a teórica política, as pessoas da massa externalizam uma indiferença política, um viés de neutralidade que, certamente, facilita sua manipulação pelo governo totalitário. Arendt nota que os próprios membros dos partidos totalitários revelam ser pessoas despolitizadas e que, por isso, se engajaram nas práticas desmesuradas do totalitarismo, dada sua indiferença em relação ao espaço público e às consequências políticas de seus atos.

Na linha de pensamento de Arendt, as massas adensam um corpo social marcado pela despolitização, pela ausência de reflexão política e pela indiferença quanto aos rumos da tomada de decisões pelos governantes. Os regimes totalitários, como preleciona Arendt, extraem uma grande vantagem dessa situação, uma vez que os indivíduos que se avolumam na massa, ao exibirem sua apatia social, não se preocupam em argumentar ou contra-argumentar em matéria política. Seu comportamento tende, então, para a violência, para a impossibilidade do diálogo, para a obediência cega — “para a morte em vez da persuasão”, como diz Arendt. Neste ponto, emerge, no nível político, uma face do esfacelamento do pensar que ampara a dominação total: os indivíduos, em alguma medida, se conformam, de modo irrefletido e descurado, à bússola que guia as ações do governo totalitário. Vale ressaltar, porém, que essa conformação da massa não acontece de maneira inteiramente passiva, uma vez que existe a propaganda manipuladora e, certamente, uma adesão ativa dos indivíduos.

Arendt, em sua tentativa de desvendar a origem da sociedade de massas, argumenta que o sistema de classes típico das sociedades feudais, caracterizadas por sua divisão estamental, entrou em colapso com a ascensão da burguesia, a qual não representava uma classe específica (ARENDR,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

1989). Essa nova camada social burguesa passou a agrupar indivíduos atomizados (desconectados, dispersos) e sem interesse político real, na medida em que não manifestavam coesão entre si nem o sentimento grupal de uma classe. Nesse novo cenário, essas pessoas, que estavam dispersas no tecido social, tenderam à indiferença e à hostilidade em relação à vida política. Nas palavras de Arendt,

“à sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas, acima de tudo, entre sua própria classe” (ARENDT, 1989, p. 441).

Como consequência dessa tendência à hostilidade em relação à política, a massa adquire ares de inconstância e impermanência, além de não se ver como responsável pela condução dos negócios políticos da nação (ARENDT, 1989). A somatória da ausência de interesse político e inconsciência de responsabilização política resulta, muitas vezes, em indivíduos atomizados que acabam sendo mais facilmente aliciados e manipulados, a ponto de se tornarem uma força *antipolítica*, pois não lutam por interesses políticos reais — como faria o povo propriamente dito — mas selam a “vontade” de uma organização sem coesão e sem interesse em mudanças sociais que teriam por base o interesse público.

Até este ponto, vimos que a sociedade de massas atua como peça indispensável ao funcionamento do sistema totalitário. Como pudemos perceber, a massa, composta por indivíduos atomizados, não toma para si a responsabilidade do espaço público — opera-se uma abdicação do pensamento e da participação políticos. No entanto, ao lado do *componente de conjunto* das massas (que fornece solo para sustentação, superfluidade e ausência de interesse político autêntico), faz-se necessário considerar também o *componente individual*: aquilo que, no sistema totalitário, foi capaz de convencer o indivíduo a deixar de pensar por si mesmo e praticar ações desumanas como se fossem banais, comuns. Para levar a cabo essa consideração acerca do componente individual, visitaremos algumas linhas do livro *Eichmann em Jerusalém*, publicado em 1963.

Arendt, depois de assistir ao julgamento do oficial da *Gestapo* Adolf Eichmann e elaborar o relato para o jornal estadunidense *The New Yorker*, extraiu interessantes conclusões a respeito do comportamento e do pensamento desse indivíduo que estava fielmente inserido na máquina de destruição de pessoas que foi o regime totalitário nazista. O que impactou muito a autora foi a normalidade com que Eichmann se expressava: não se tratava de um indivíduo perverso, irascível ou com distúrbios mentais; na verdade, via-se um homem absolutamente comum. Nesse sentido, Arendt assevera que “o problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDT, 1999, p. 299). Essa aparente normalidade aventada por Arendt nos autoriza supor que o indivíduo

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

massificado não precisa de nada extraordinário, nada absurdo, para ser cooptado, manipulado e, com isso, agir das formas mais maléficas e cruéis no interior do sistema de dominação total.

Junto com sua aparente trivialidade, Eichmann compôs sua defesa tendo por base um argumento de ordem mandamental — o oficial afirmava que praticou suas ações porque estava simplesmente cumprindo as ordens governamentais; explicava que “não era um monstro”, mas “vítima de uma falácia” (ARENDT, 1999, p. 269). Além disso, Eichmann terceirizava sua culpa até mesmo fazendo uso de jargões e falas prontas, tais como “minha honra é minha lealdade” (*ibidem*, p. 121) ou “minha única língua é o oficialês” (*ibidem*, p. 61). Diante dessas afirmações, Arendt passa a concluir que, essencialmente, Eichmann abdicara de sua capacidade de pensar e decidira seguir as ordens de maneira passiva. Para a autora, não havia, da parte do oficial da *Gestapo*, a tomada autônoma de decisão, mas a terceirização ou delegação do pensamento, que estava esfacelado pelo ímpeto do pertencimento e da lealdade ao regime nazista.

Com a ajuda do exemplo de Eichmann, percebemos que o esfacelamento da capacidade de pensar fez com que sua individualidade (sua identidade) fosse totalmente dominada pelo sistema. Nessa direção, Arendt explicita que o totalitarismo foi o único regime capaz de chegar ao ponto de “fazer [os indivíduos] perderem completamente suas reivindicações e ambições individuais” e de “apagar a identidade do indivíduo para sempre, e não apenas por um instante de heroico gesto coletivo” (ARENDT, 1989, p. 442). Constatando esse apagamento do sujeito e de sua capacidade deliberativa, Arendt tece o fio de seu argumento entendendo que esse não pensar, essa irreflexão, pode implicar, em termos políticos, a possibilidade de pessoas comuns e ordinárias (como Eichmann) serem dominadas e, com isso, praticarem o mal sem conflitos morais. Por essa razão, conclui Arendt, que “a essência do governo totalitário, e talvez a natureza burocrática, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando” (ARENDT, 1999, p. 312).

Por meio da análise de partes do texto de *Origens do Totalitarismo* e de *Eichmann em Jerusalém*, percebemos, com clareza, que, para Arendt, o esfacelamento do pensar deságua na dominação total do indivíduo, que perde sua capacidade crítica e agencial em benefício do sistema que o dominou. De fato, a análise de Arendt nos ensina que o não pensar tem papel determinante na manipulação do sujeito por meio do sistema totalitário, que se valerá, muitas vezes, da propaganda para atingir esse fim. É, finalmente, no contexto de irreflexão que lembramos a polêmica noção proposta por Arendt de *banalidade do mal*, a qual pode ser interpretada aqui como outro resultado ou consequência do não pensar. Com efeito, quando os indivíduos chegam à margem extrema de não se sentirem mais responsáveis por suas condutas, temos uma instanciiação visível dessa banalidade, na medida em que o mal foi praticado como se não constituísse uma categoria ética reprovável.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

3 A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E A IRREFLEXÃO

Depois de escrutinar, em Arendt, certos aspectos do totalitarismo e de sua aposta na incapacidade de pensar dos indivíduos para proporcionar a dominação total, nossa atenção se volta, agora, para a visão de dois autores que também experienciaram o horror totalitário, o que os levou, assim como Arendt, ao exílio em outro país, diante da perseguição aos judeus. Adorno e Horkheimer, membros da chamada *Escola de Frankfurt*, também se propuseram a teorizar sobre a sociedade que, por assim dizer, “permitiu” a ocorrência de uma segunda Grande Guerra e o pesadelo dos regimes totalitários: a sociedade de massas situada no contexto do capitalismo tardio do século XX.

Em uma de suas principais obras, a *Dialética do Esclarecimento*, de 1944, os dois autores ensaiam explicitar como o mito e a ciência podem ser tomados como Esclarecimento e como fontes de manipulação social. Basicamente, os autores querem nos mostrar que o processo de racionalização vivido no Ocidente deve ser visto de forma dialética: o Esclarecimento — entendido, modernamente, como a saída do ser humano da tutela de autoridades externas (superstição, pensamento mágico, pensamento mítico *etc.*) — pretende, por um lado, compreender o mundo natural via racionalidade; mas recai, nesse ímpeto, no mito, na mitologia, naquilo de que queria escapar. Na tentativa de entender o mundo e pacificar o desespero humano por inteligibilidade, o Esclarecimento (em sentido amplo) termina por racionalizar demais a realidade e cair, novamente, nas amarras do mitológico. Sob esse viés, diz Freitas que “o Esclarecimento sempre tentou tirar a humanidade da submissão servil e amedrontada perante a natureza (...), mas esse processo submergiu os homens cada vez mais numa outra servidão, que o próprio mito já impunha (....)” (FREITAS, 1999, p. 52).

Grosso modo, Adorno e Horkheimer almejam demonstrar que o ato do ser humano de racionalizar o real, seja por meio da mitologia, seja por meio da ciência moderna, pode recair, de forma reiterada, em processos sociais que, de alguma maneira, exercem constrangimento social (FREITAS, 1999). Essa repetitiva recaída da racionalização em novas formas de coerção social advém, segundo os autores, de um apanágio incontornável do Esclarecimento: o conhecimento que a mentalidade esclarecida ambiciona alcançar está tingido com a tinta da dominação da natureza e, por via de consequência, da dominação das pessoas mediante essa mesma natureza que foi, em teoria, dominada.

Por esse prisma, apoiando-nos nessa intuição de Adorno e Horkheimer conforme a qual o Esclarecimento está maculado pela dominação da natureza e do ser humano, salientamos que esse elã de dominação se intensifica quando olhamos mais de perto para as sociedades de massa típicas do contexto capitalista do século XX. O fenômeno da manipulação por intermédio da mentalidade esclarecida (que sempre recai no mito e na opressão social) se torna mais patente nessas sociedades massificadas, visto que o corpo social, dada sua atomização (tomada, aqui, como a ausência de laços e de objetivos comuns), está mais propenso a aderir a comandos, à propaganda, ao consumismo, às

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

promessas da ciência, às promessas de salvação etc.

Por trás dessa propensão mais vigorosa da sociedade de massas de recair nas explicações mitológicas e alienadoras, opera um processo social de manipulação chamado por Adorno de *semiformação* (*Halbbildung*). Tratado pelo autor alemão em um ensaio de 1959, o conceito de semiformação nos ajuda a compreender o Esclarecimento e a indústria cultural (que veremos a seguir) como fontes de dominação. Como ensina Maar, a semiformação seria “uma determinada forma social da subjetividade socialmente imposta por um determinado modo de produção em todos os planos de vida” (MAAR, 2003, p. 462). A semiformação constituir-se-ia, então, como um modo de formação de sujeitos num tipo de sociedade massificada que, em vez de formar indivíduos para uma subjetividade plena, confere-lhes um tipo de “formação pela metade” (*Halbbildung*), na medida em que os forma tendo em vista sua integração, em todos os âmbitos da vida, às determinações sociais nos modos de produção capitalista.

Vale dizer que, no processo social de semiformação, não se trata de deixar as pessoas sem formação. Ao contrário, há formação, mas socialmente determinada e direcionada. Como a formação está presente, o sujeito consegue ser si mesmo, mas somente na medida em que reproduz sua semiformação. Maar reitera esse ponto alertando que “o sujeito semiformado se toma como sujeito do mundo que meramente reproduz” (MAAR, 2003, p. 465), e o objetivo desses sujeitos é “serem sujeitos da reprodução de um mundo em que sua condição é de sujeitos sujeitados” (MAAR, 2003, p. 465), isto é, de indivíduos que, apesar de formados, submetem-se às determinações sociais capitalistas voltadas para a produção e para o consumo.

Cientes de que o tecido social está emaranhado pelo processo de semiformação de sujeitos, podemos avançar, com segurança, para o capítulo da *Dialética do Esclarecimento* que mencionamos acima: *A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas*. Nessa parte do livro, Adorno e Horkheimer tratam da indústria cultural e de suas características, assim como de outros temas correlatos, tais como a cultura em geral e de massa, a barbárie estética e a integração da totalidade da vida ao sistema capitalista. Porém, levando em conta o objetivo e a brevidade deste trabalho, focalizaremos a indústria cultural e, em especial, duas de suas características que entram em sintonia com a proposta arendtiana acerca da dominação total como consequência do esfacelamento da capacidade de pensar.

Quando Adorno e Horkheimer utilizam a expressão “indústria cultural”, querem fazer referência ao modo de produção de cultura típico do capitalismo tardio do século XX. Segundo os autores frankfurtianos, a indústria da cultura consegue, por meio de seus produtos culturais e de seu incentivo ao consumismo, envolver os indivíduos numa rede de manipulação que se retroalimenta. Esse modo de produção tem a capacidade de fabricar cultura para as *massas*, isto é, para qualquer pessoa, sem que haja nenhuma consideração acerca de uma identidade específica ou de elementos

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

individualizadores, os quais são, inexoravelmente, carregados pelo povo em sentido estrito — este sim articula valores simbólicos interconectados que traduzem uma identidade.

Sabendo, então, que a indústria cultural tem a aptidão para produzir bens de cultura de massa para qualquer um, podemos perseguir sua primeira característica, que entra em sintonia com a incapacitação ao pensamento obtemperada por Arendt: a *usurpação do esquematismo*. No modelo epistemológico proposto por Kant, o esquematismo revela-se como um processo mental que opera a mediação entre o particular da experiência e os universais do entendimento. Por meio do esquematismo, o sujeito realiza a subsunção do particular numa categoria universal via ação do pensamento. No entanto, na visão de Adorno e Horkheimer, quando o indivíduo se encontra imerso na indústria cultural, esse procedimento cognitivo lhe é roubado, uma vez que as produções culturais já chegam pensadas ou pré-digeridas para consumo fácil, de modo a não exigir esforço cognitivo. De fato, nesse ambiente, o sujeito tem sua capacidade esquematizadora usurpada pela indústria, que enfraquece sua capacidade de pensar. Por isso, afirmam Adorno e Horkheimer que “a função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 103). Para ilustrar essa usurpação, os autores dão exemplos no campo da música e dos filmes, nos quais os detalhes da produção são substituídos por um esquema geral de percepção, que faz largo uso de intervalos fáceis de memorizar, de clichês totalmente previsíveis e de piadas com efeitos calculados.

Com o rapto do esquematismo, percebe-se a clara intenção da indústria de poupar os espectadores do esforço intelectual necessário à apreciação de um conteúdo. Essa interpretação prévia dos conteúdos e o uso indiscriminado de “facilitadores” propicia uma perigosa conexão entre *prazer* e *não exigência de esforço intelectual*, a qual vicia o público massificado no não pensar. Alegam, assim, Adorno e Horkheimer que “o prazer acaba por se congelar no aborrecimento, uma vez que, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem de se mover rigidamente nos trilhos gastos das associações habituais” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 113). Realmente, o empenho dos autores é denunciar a outra face da diversão, qual seja, aquela de roubar do sujeito o seu processo reflexivo e crítico. Dessa maneira, a atmosfera de semiformação e de usurpação do esforço intelectual deixa evidente como os mecanismos da sociedade capitalista superam a seara econômica e se infiltram em todos os aspectos da vida dos indivíduos, formando uma rede total de manipulação.

Com efeito, essa rede total é precisamente a segunda característica da indústria cultural que queremos sublinhar. Como mencionado acima, o Esclarecimento aspira ser um processo de racionalização do real que perpassa a *toda* a realidade, sem deixar espaço para o místico, para o inexplicável, para o insondável. Nessa perspectiva, Freitas aponta que

“o Esclarecimento é totalitário, pois, para sua própria realização, ele precisa se realizar em todos os âmbitos imagináveis do conhecimento: não pode restar nenhum mistério, nenhum enigma, nada de obscuro, nem mesmo o desejo de revelar qual seja esse mistério, pois esse deve ser extirpado, não mostrado e evidenciado por alguma via, como narrativas, imagens *etc.*” (FREITAS, 1999, p. 2).

Esse caráter totalizante do Esclarecimento e, por consequência, também da indústria cultural, gera uma espécie de homogeneidade social, preconizada, de igual maneira, por regimes totalitários. Na visão de Adorno e Horkheimer, essa padronização de vivências e mercadorias pode ser pensada como resultado de um “círculo de manipulação e necessidade retroativa” que proporciona um elo de interdependência entre oferta e demanda (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Nessa afirmação, apesar de os autores enfatizarem a lado econômico, é de se ressaltar que esse círculo de manipulação tem sua operação em todos os setores da vida dos indivíduos, perpassando o corpo social como um todo. Nessa linha de intelecção, aduzem Adorno e Horkheimer que “aquilo que explica [a padronização das mercadorias e do viver] é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 100).

Essa pretensão à unidade e à homogeneidade é visível em sistemas totalitários, que pregam uma unificação nacionalista, a qual não é alcançada precipuamente por laços em comum entre seus membros, mas pela diferenciação ou pela exclusão “dos outros”, isto é, dos opositores do regime. Há, por conseguinte, forte afinidade entre as demandas do regime totalitário e os mecanismos manipuladores do Esclarecimento e da indústria cultural. Nesses ambientes de massa, o bloco social encara, portanto, dois processos totalizadores: a usurpação do esquematismo e a homogeneização social, o que mina, em grau importante, a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos em seu interior, fazendo com que se observe, em alguma medida, a dominação em todos os âmbitos da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas, pudemos perceber que, para Arendt, a sociedade de massas funciona como solo de sustentação para os regimes totalitários. Os indivíduos que compõem a grande massa se tornam vítimas de manipulação, uma vez que estão dispersos e não manifestam interesse real pela política, chegando até mesmo a serem hostis frente ao espaço público e à tomada de decisões. Acompanhando o aspecto sustentador e desinteressado das massas, aparece o elemento da *superfluidade*, que, no seio do sistema totalitário, transforma essas pessoas em peças substituíveis do regime, já que sua individualidade não cumpre papel relevante na tarefa de dominação. Além disso, vem à tona o lado individual dos componentes da massa: as pessoas que foram, em geral,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 16/11/2025 | aceito: 18/11/2025 | publicação: 20/11/2025

cooptadas tiveram suas identidades pessoais, além de sua capacidade moral e agencial, destituídas em prol do pertencimento e da lealdade ao movimento totalitário. Em Adorno e Horkheimer, por sua vez, avistamos uma linha de raciocínio similar e, certamente, complementar. Para os autores de Frankfurt, a sociedade de massas também é enfatizada como palco favorável à dominação, mas dessa vez tendo por agente operador a indústria cultural e seus eficazes mecanismos de manipular as pessoas e, em última instância, raptar seu processo de esquematizar o real por meio da racionalidade, o que conflui para o resultado, análogo àquele alcançado por Arendt, de que o pensar foi esfacelado e, em virtude disso, a dominação ganhou campo.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BACH, A. Julgar é preciso: considerações sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 9, p. 17-40, São Paulo, USP, 2006.

FREITAS, V. Subjetividade esclarecida: do mito como racionalização à ciência como mitologia. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 1, p. 52-58, Belo Horizonte, Unicentro, 1999.

MAAR, W. L. Adorno, semiformação e educação. *Educação e Sociedade*, v. 24, n. 83, p. 459-476, Campinas, UNICAMP, 2003.

MENEZES, H. Uma aproximação tensional entre Theodor Adorno e Hannah Arendt: pensamento e considerações morais no interior do projeto do esclarecimento. *Humanidades em Diálogo*, v. 42, p. 179-194, São Paulo, USP, 2012.

TEIXEIRA, L. A banalidade do mal como subproduto da *Dialética do Esclarecimento*: um diálogo entre Arendt, Adorno e Horkheimer. *Investigação Filosófica em Diálogo*, v. 7, p. 2-28, Campinas, PUC-Campinas, 2016.